



## GILMAR MENDES DEFENDE TOFFOLI E DIZ QUE MINISTRO TEM 'COMPROMISSO COM A CONSTITUIÇÃO'

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, usou as redes sociais nesta segunda-feira (26) para fazer uma defesa do colega Dias Toffoli, que é alvo de questionamentos por sua condução do caso do Banco Master e potenciais conflitos de interesse com investigados.

"O ministro Dias Toffoli tem uma trajetória pública marcada pelo compromisso com a Constituição e com o funcionamento regular das instituições", escreveu Gilmar Mendes no X.

"No exercício da jurisdição, sua atuação observa os parâmetros do devido processo legal e foi objeto

de apreciação da Procuradoria-Geral da República, que reconheceu a regularidade de sua permanência no caso." O texto faz referência ao parecer da PGR que negou afastamento de Toffoli do caso.

"A preservação da independência judicial e o respeito às instâncias institucionais são condições indispensáveis para o diálogo republicano e para a confiança da sociedade nas instituições", finalizou Gilmar.

Gilmar sai em defesa do colega em momento no qual Toffoli sofre pressão para deixar a supervisão do caso do Banco Master. A interlocutores Toffoli disse que, neste momento, des-

carta abdicar do processo por não ver elementos que comprometam a sua imparcialidade.

O ministro tomou medidas como a imposição do mais alto grau de sigilo ao caso, acareação de investigados com diretor do Banco Central e armazenamento das provas no seu gabinete -uma parte das decisões foi depois revertida.

Também vieram à tona potenciais conflitos de interesse com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master. Dois irmãos e um primo do ministro foram sócios do cunhado de Vorcaro no Resort Tayayá, em Ribeirão Claro (PR).

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Déficit nas contas externas atinge US\$ 68,8 bilhões em 2025, pior resultado desde 2014**

**Lula, Fifa e CBF veem Brasil apto para receber Mundial de Clubes em 2029**

**Mudança na Casa Civil de SP reforça plano de reeleição de Tarcísio**

**Petrobras reduz preço da gasolina em 5,2% a partir desta terça**



**Refinaria no RS tem primeira autorização para produzir gás de cozinha sustentável**





## NO MUNDO

## Europa depende dos EUA para se defender, diz chefe da Otan

A Europa continuará a depender dos Estados Unidos para sua defesa, e a ideia de que os países da região possam montar um Exército comum é tudo o que Vladimir Putin gostaria de ouvir neste momento.

A afirmação não foi feita por Donald Trump, o presidente americano empenhado em fustigar seus aliados europeus, mas pelo secretário-geral da Otan, a aliança militar liderada pelos EUA que tem 30 de seus 32 membros no continente.

O holandês Mark Rutte deu as declarações nesta segunda-feira (26), em discurso no Parlamento Europeu, em Bruxelas. A fala veio em meio às tensões entre Trump e seus colegas europeus, exacerbada com a exigência de controle sobre a Groenlândia, ilha ártica que pertence ao Reino da Dinamarca.

No final da semana passada, o americano ainda cobrou mais empenho dos



parceiros da Otan, criada em 1949 para conter Moscou na Europa, de quem já havia arrancado o compromisso de gasto de 5% do PIB com defesa em até dez anos.

O republicano também irritou a aliança ao dizer que ela não tinha participado da linha de frente da intervenção ocidental no Afeganistão (2001-2021). Morreram a serviço dos EUA 3.621 militares, 1.115 deles integrantes da aliança não americanos.

O azedume fez o chanceler espanhol, José Manuel Albares, e o comissário europeu para Defesa, o lituano Andrius Kubilius, levantarem a ideia de Forças Armadas pan-europeias. A proposta, disse Rutte, "vai fazer as coisas mais compli-

çadas". "Eu acho que Putin vai amar, então pensem de novo", completou.

Para começar, disse o holandês, "você precisa construir sua própria capacidade nuclear, o que custa bilhões e bilhões de euros". "Nesse cenário, você perderia o garantidor final de nossa liberdade, que é o guarda-chuva nuclear dos EUA. Então ei, boa sorte."

A Rússia tem o maior arsenal nuclear do mundo, seguida de perto pelos EUA, que mantêm cerca de cem bombas de uso tático, limitado ao campo de batalha, em seis bases na Europa. Membros da Otan, a França tem o quarto maior estoque de ogivas do mundo, atrás da China, e o Reino Unido, o quinto.

Folhapress

## Ataque a tiros deixa 11 mortos em campo de futebol no México

Onze pessoas morreram e outras 12 ficaram feridas após um homem armado abrir fogo contra pessoas em um campo de futebol de Salamanca, no México, neste domingo (25).

Atirador chegou ao local após o término da partida, quando as pessoas estavam socializando.

Dez pessoas morreram no local e outra morreu no hospital, segundo o prefeito de Salamanca. Em publicação nas redes sociais, Cesar Prieto afirmou que uma mulher e uma criança estão entre os feridos.

Suspeita é de que o crime tenha relação com a briga de cartéis na região. O estado de Guanajuato, onde fica Salamanca, tem a maior taxa de homicídios do país, com 2.035 crimes do tipo no ano passado. A maior parte dessas mortes tem

relação com a disputa territorial entre o cartel da Nova Geração de Jalisco e o cartel de Santa Rosa de Lima, que nasceu na região.

Autoridades federais foram acionadas para investigar o crime, que acontece durante ameaça de intervenção dos Estados Unidos. Na esteira de ataques a outros países estrangeiros, Donald Trump já ameaçou fazer ataques terrestres contra a nação vizinha alegando que os grupos criminosos "comandam o país".

Em contrapartida, o México tem tentado combater os carteis com a transferência de presos para os EUA e com operações policiais. Entre os presos em operações recentes no país está o ex-atleta olímpico canadense Ryan Wedding, acusado de tráfico de cocaína.

Folhapress

## Onda de frio deixa mortos e causa cancelamento recorde de voos nos EUA

Ao menos dez pessoas morreram durante a tempestade de inverno que atinge parte dos Estados Unidos nesta semana, causando quedas de energia e afetando a aviação na região.

Ao menos 20 estados e a capital, Washington, decretaram estado de emergência. Em alguns dos estados, moradores foram orientados a não saírem de casa.

Cinco mortes aconteceram na cidade de Nova York, informou o prefeito Zohran Mamdani. Ele não disse se as mortes em questão têm relação com o frio, mas afirmou que as vítimas estavam "ao ar livre" durante as temperaturas glaciais.

Outras três mortes aconteceram no Texas e mais duas na Louisiana. Uma das vítimas do Texas é uma adolescente de 16 anos que morreu em um acidente de trem.

Mais de 19.000 voos com origem ou com destino aos Estados Unidos foram cancelados no fim de semana. Quase 38% de todos os voos agendados para deixar os EUA ontem foram cancelados, segundo a plataforma Cirium.

O número é o mais alto desde a pandemia. Em 30 de março de 2020, quando os efeitos do lockdown começaram a entrar em vigor, 12.143 voos foram cancelados no país.

Na manhã de hoje,

outros 2.500 voos também foram cancelados, segundo a agência de notícias AFP. Entre as cidades com voos cancelados estão Nova York, Washington, Chicago, Dallas e Atlanta.

Mais de 840.000 pessoas ficaram sem energia no país, principalmente na região Sul. O Tennessee, onde gelo derrubou linhas de transmissão, teve mais de 300.000 casas sem energia.

Problema de abastecimento elétrico preocupa autoridades, principalmente em regiões onde frio é atípico. Em Kentucky e na Georgia a expectativa é de que o frio bata recordes. Hoje, a cidade de Atlanta pode ter mínimas de -9°C.

Folhapress



**DATA  
MERCANTIL** São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo  
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,  
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-  
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da





## ECONOMIA

### Déficit nas contas externas atinge US\$ 68,8 bilhões em 2025, pior resultado desde 2014



O déficit nas contas externas do Brasil somou US\$ 68,8 bilhões no ano passado, o equivalente a 3,02% do PIB, e atingiu o pior resultado nominal desde 2014, segundo dados divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (26).

Um ano antes, o resultado foi deficitário em US\$ 66,2 bilhões, correspondente a 3,03% do PIB. Houve um aumento anual do saldo negativo de 3,9%. O rombo de 2025 foi o pior para um ano fechado desde 2014, quando o déficit em transações correntes somou US\$ 110,5 bilhões (4,5% do PIB). A série histórica do BC tem início em 1995.

O resultado das transações correntes é composto pelo desempenho da balança comercial, serviços

(gastos de brasileiros com transportes, seguros e viagens, por exemplo) e rendas (como lucros e dividendos remetidos do Brasil para o exterior e outros fatores).

De acordo com o BC, o aumento de US\$ 2,6 bilhões no rombo de 2025 deve-se à redução de US\$ 5,9 bilhões no superávit da balança comercial, parcialmente compensado pela redução no déficit de serviços (US\$ 2,2 bilhões), e pelo aumento no superávit de renda secundária (US\$ 1 bilhão). O déficit em renda primária, por sua vez, manteve-se no patamar observado em 2024.

Fernando Rocha, chefe departamento de Estatísticas do BC, destaca que o país teve um aumento na corrente de comércio tanto na balança comercial de bens quanto na balança

comercial de serviços.

A entrada de investimentos diretos no país foi superior ao déficit das contas externas, financiando o saldo negativo das transações. No ano passado, os investimentos diretos totalizaram US\$ 77,7 bilhões (3,41% do PIB), ante US\$ 74,1 bilhões (3,39% do PIB) em 2024, o que representa um aumento de 4,8%.

"A gente teve, para o ano fechado, resultados equivalentes: déficits de 3% do PIB em 2025 e 2024 considerando as transações correntes, e ingressos líquidos de IDP [investimento direto no país] de 3,4% do PIB em 2025 e 2024. Isso mostra que a gente passou o ano de 2025 com valores de IDP e transações correntes bastante similares", afirma Rocha.

Folhapress

### Economistas preveem que Selic será mantida a 15% na primeira reunião do ano, diz BC

Os economistas ouvidos pelo BC (Banco Central) esperam que a taxa de juros permaneça em 15% na primeira reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC deste ano.

Os integrantes se reúnem nesta terça-feira (27) e o resultado será anunciado no dia seguinte. De acordo com o boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (26), os analistas preveem que a Selic ficará estagnada no patamar atual, mas mantiveram a expectativa de um corte de 0,5 ponto percentual, levando a taxa para 14,5%, na reunião de março.

O mercado tem a perspectiva que a taxa de juros terminará o ano em 12,25%, patamar mantido há cinco semanas. O Focus também mostrou a manutenção da

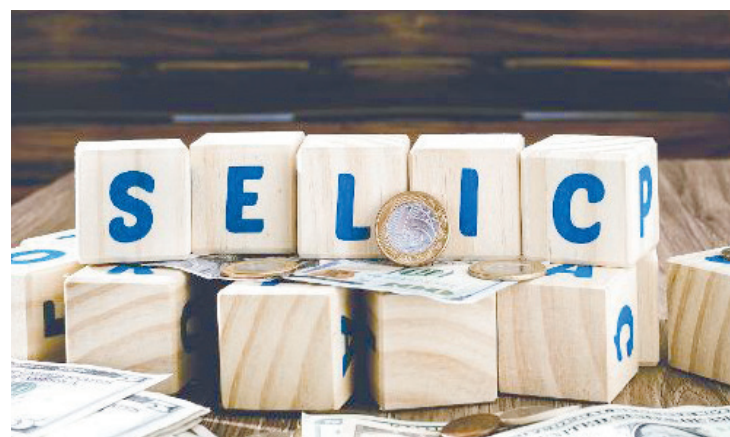
Selic nos três anos posteriores em 10,5% (2027), 10% (2028) e 9,5% (2029).

Nos outros principais índices, a única mudança foi a redução na previsão para a inflação deste ano, que caiu de 4,02% para 4%. É a terceira semana consecutiva de diminuição do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

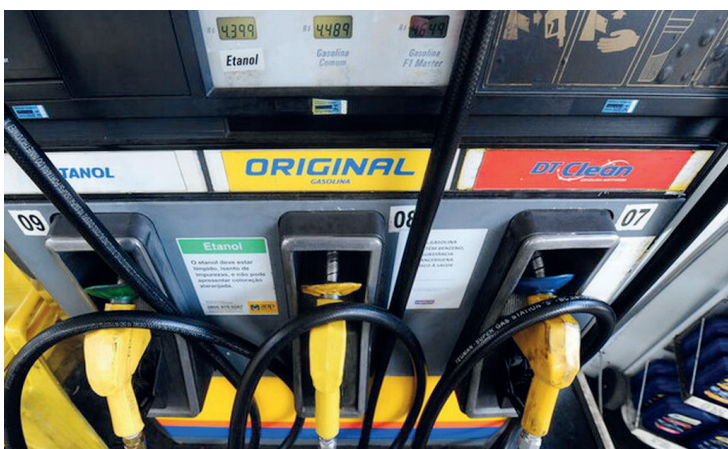
Os economistas avaliam que a inflação reduzirá para 3,8% em 2027 e 3,5% em 2028 e 2029. O centro da meta oficial para a inflação é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A expectativa para o dólar e o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano foram mantidos em R\$ 5,50 e 1,8%, respectivamente.

Folhapress



### Petrobras reduz preço da gasolina em 5,2% a partir desta terça



A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (26) que vai reduzir em 5,2% o preço da gasolina A vendida às distribuidoras. O novo preço passa a valer a partir desta terça-feira (27).

A gasolina A é o combustível puro que sai das refinarias e é misturado ao etanol pelas distribuidoras, para que possa ser vendido ao consumidor final nos postos.

Com a redução, o preço médio de venda da Petrobras para as distribuidoras passará a ser, em média, de R\$ 2,57 por litro, uma redução de R\$ 0,14.

No comunicado que anunciou a mudança de

valores, a empresa informa que, desde dezembro de 2022, a queda no preço da gasolina chega a R\$ 0,50 — um recuo de 26,9%, já considerando a inflação do período.

A última mudança no preço do combustível havia sido em 21 de outubro de 2025, quando ficou 4,9% mais barata.

Preço nas bombas

O movimento da Petrobras deve representar alívio na inflação do país, uma vez que a gasolina é o produto com maior peso no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador que apura a inflação oficial.

Apesar de a Petrobras ser a maior produtora do combustível no país, o preço da gasolina nas bombas não depende apenas da estatal. Após o produto ser vendido às distribuidoras, sofre influências de outros custos, como o frete, mistura com o etanol, cobrança de impostos e a margem de lucro dos postos.

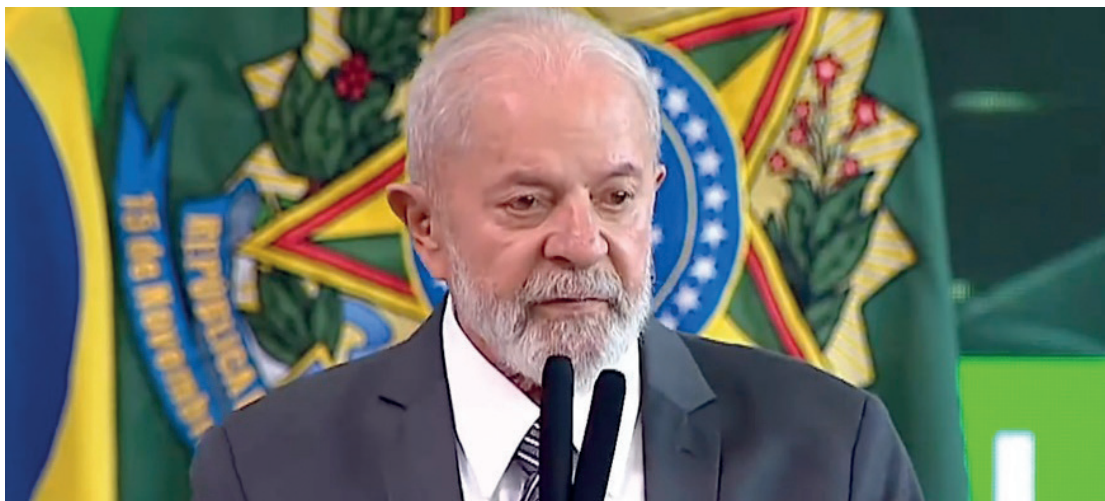
A Petrobras informou que o preço do diesel vendido às distribuidoras não sofrerá alteração. Desde dezembro de 2022, a redução acumulada no preço do óleo combustível vendido às distribuidoras é de 36,3%, considerando a inflação do período.

Bruno Moura/ABR



## POLÍTICA

## Lula, Fifa e CBF veem Brasil apto para receber Mundial de Clubes em 2029



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu, nesta segunda-feira (26), com o presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol), Gianni Infantino, e o presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Samir Xaud, no Palácio do Planalto.

O encontro, segundo eles, serviu para tratar principalmente do futebol feminino. Além da Copa do Mundo Feminina, marcada para ocorrer no Brasil no próximo ano, o Mundial de Clubes de 2029, competição para a qual o país deve apresentar candidatura, também foi pauta da reunião, que veem o país apto.

"A gente acredita que o Brasil está apto para rece-

ber esse evento grandioso, mas isso requer muitas conversas. O Brasil vai, sim, colocar sua candidatura para 2029", disse Xaud sobre o Mundial de Clubes.

"Acho que a gente tá vivendo um momento ímpar com esse grande evento que vai ter aqui no Brasil. Vai ser um divisor de águas pro futebol feminino, pro futebol sul-americano principalmente. A gente tá aqui com o presidente Infantino que apoia 100% do evento, essa parceria está muito boa", completou.

Gianni Infantino declarou que também conversou com o presidente Lula sobre as "pautas femininas", assunto que tem sido frequentemente enfatizado pelo petista durante suas agendas.

"Não necessitamos de nada além da alegria para apoiar as mulheres e o futebol feminino. E todas as causas das mulheres, contra a violência, contra o feminicídio, estamos juntos. Esse foi o tema principal, mundial feminino e o mundial masculino que vai ter este ano nos Estados Unidos, Canadá e México", afirmou o presidente da Fifa.

O encontro ocorreu em meio a rumores de dificuldades para entrar nos Estados Unidos, diante de restrições e bloqueios de vistos adotados pelo governo do presidente, Donald Trump.

Segundo Gianni Infantino, a Copa do Mundo, que começa em 11 de junho, é um dos eventos importantes do futebol.

CNN

## Lula esteve com Vercaro em encontro fora da agenda em dezembro de 2024

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) esteve com o banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master, em dezembro de 2024, num encontro fora da agenda oficial. Também participou da reunião o à época indicado à presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo.

A informação foi divulgada pelo portal Metrôpoles e confirmada pela CNN. No encontro, Lula teria ouvido de Vercaro relatos sobre a situação operacional do Banco Master. Conforme a CNN apurou, no encontro, Lula teria dito que as questões apresentadas pelo banqueiro eram técnicas e deviam ser direcionadas ao Banco Central.

A reunião teria sido articulada por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda na gestão de Dilma Rousseff (PT). Mantega havia pedido uma reunião com o chefe do gabinete pessoal do presidente da República, Marco Aurélio Marcola, e chegou ao encontro com Vercaro e o ex-CEO do Banco Master Augusto Lima. Após o despacho, o ex-ministro, junto com Vercaro e Augusto

Lima, tiveram uma conversa com Lula.

Em novembro de 2025, o BC decretou a liquidação extrajudicial do Master, meses após a tentativa de compra de parte da instituição financeira de Vercaro pelo Banco de Brasília (BRB). Na ocasião, a Polícia Federal deflagrou a Operação Compliance Zero, que investiga supostas fraudes financeiras cometidas pelo Master.

Em um evento em Maceió (AL), nesta sexta-feira (23), o presidente disse que "falta vergonha na cara" de quem defende Vercaro.

A CNN entrou em contato com o Palácio do Planalto, mas até o momento não obteve resposta sobre o motivo do encontro não ter constado na agenda oficial do presidente.

CNN



## Mudança na Casa Civil de SP reforça plano de reeleição de Tarcísio



A troca no comando da Casa Civil do governo de São Paulo vem sendo interpretada, por interlocutores próximos ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), como a sinalização mais clara até agora de que o projeto nacional do gestor foi deixado de lado e de que o foco passou a ser a reeleição em 2026.

Na semana passada, Tarcísio promoveu uma mudança no comando da Casa Civil, que saiu do comando de Arthur Lima e passou para Roberto Carneiro.

Nos bastidores do Palácio dos Bandeirantes, a avaliação é de que a mudança não faria sentido caso Tarcísio ainda considerasse disputar a Presidência da República.

A CNN apurou que, em caso de disputa ao Palácio do Planalto, uma nova troca na pasta poderia ocorrer em poucos meses, o que tornaria a decisão de agora pouco racional do ponto de vista administrativo e político.

A leitura predominante é de que a mudança atende a uma necessidade de reforço na articulação política. Até aqui, a Casa Civil vinha operando com perfil mais burocrático e voltado a processos internos, o que, segundo aliados, dificultava a tradução das entregas do governo em visibilidade política junto à população e à base aliada.

Nos últimos meses, o governo estadual estruturou um centro para organizar prioridades e acelerar decisões, mas a avaliação

interna é de que isso não foi suficiente para dar conta da complexidade política da gestão.

A Secretaria de Governo, comandada por Gilberto Kassab, vinha cumprindo parte desse papel, mas aliados reconhecem que a demanda passou a ser maior do que a capacidade atual da estrutura.

A chegada de um nome com perfil mais político à Casa Civil é vista como uma tentativa de preencher esse espaço. O novo secretário tem trânsito frequente na Assembleia Legislativa, mantém diálogo direto com deputados e despacha com regularidade no Legislativo, o que tende a facilitar negociações e a coordenação da base governista.

CNN



## FINANÇAS

### Com ajuda de dólar e Treasuries, taxas recuam às vésperas da reunião do Copom



O quadro global de perda de valor do dólar frente a moedas emergentes e fechamento da curva dos Treasuries deu suporte para os juros futuros negociados na B3 recuarem hoje pelo quarto pregão consecutivo, às vésperas da decisão de juros do Banco Central e do Federal Reserve desta quarta-feira.

Assim como na última semana, foram as taxas dos DIs longos que mais diminuíram na sessão. Já o trecho curto pouco caiu ante o ajuste, com a expectativa praticamente consensual de que a Selic será mantida em 15% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC esta semana.

Do lado doméstico, o debate sobre o cenário

eleitoral vem ganhando protagonismo e, na visão de alguns agentes, após pesquisas menos favoráveis ao presidente Lula publicadas na semana passada, ainda pode estar fazendo preço nos juros. Nesta segunda-feira, 26, no entanto, nenhum levantamento de peso foi divulgado. E o boletim Focus, sem mudança relevante nas expectativas do mercado, foi neutro para a curva a termo.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 cedeu de 13,696% no ajuste de sexta-feira para 13,68%. O DI para janeiro de 2029 caiu de 13,032% no último ajuste a 12,98%. O DI para janeiro de 2031 ficou em 13,295%, vindo de 13,356%

no ajuste antecedente.

Por volta das 18h00, o retorno da T-Note de dois anos cedia a 3,592%, o rendimento da T-Note de 10 anos recuava a 4,215%, e o do T-Bond de 30 anos diminuía a 4,806%, com perda de inclinação da curva americana. Em um pregão escasso de notícias e indicadores no âmbito local, o mercado de renda fixa contou, mais uma vez, com ajuda do exterior.

Já a divisa americana encerrou o dia em baixa modesta, de 0,12%, ante o real, cotada a R\$ 5,2797, depois de tocar menor cotação intradia desde junho de 2024, a R\$ 5,26, ao longo do pregão. Na última semana, o dólar acumulou queda de 1,6% ante a moeda brasileira. IstoÉDinheiro

### Petróleo fecha em queda com temores de oferta abundante se sobrepondo a tempestade nos EUA

O petróleo fechou em queda nesta segunda-feira, 26, refletindo os temores de uma oferta excessiva da commodity frente ao aumento de embarques da Venezuela e sob expectativas para a próxima reunião da Organização de Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+). Investidores monitoram ainda o impacto da forte tempestade de inverno nos Estados Unidos sobre a produção de petróleo e tensões geopolíticas.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para março fechou em queda de 0,72% (US\$ 0,44), a US\$ 60,63 o barril. Já o Brent para abril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), caiu 0,46% (US\$ 0,30), a US\$ 64,77 o barril.

Segundo a Bloomberg, delegados da Opep+ afirmaram que o cartel deve seguir os planos de manter a produção de petróleo estável em março, enquanto o grupo lida com um excedente global e uma

onda de riscos geopolíticos.

Ainda conforme o veículo, a Chevron aumentou sua frota para transportar petróleo venezuelano aos EUA, enquanto o Casaquistão retomou operações no oleoduto do Cáspio – responsável por 90% da produção do país, um dos maiores fornecedores globais da commodity.

Os temores sobre a oferta pressionaram o petróleo e se sobrepuseram a notícias de danos provocados pela tempestade de inverno nos EUA, cuja onda de frio ameaça a produção doméstica de energia. Para o Price Futures Group, o mercado segue em estado de alerta, reagindo a cada nova atualização sobre a tempestade. IstoÉDinheiro



### Moedas Globais: dólar opera em baixa, com forte avanço do iene, Fed e chance de shutdown



O dólar operou em baixa nesta segunda-feira,

26, atingindo seu menor nível em quatro meses ante o euro, em mais uma sessão marcada especialmente pela volatilidade do iene sob rumores de possível intervenção nos mercados de câmbio do Japão. Nos EUA, a decisão do Federal Reserve compete holofotes com expectativa por nomeação do sucessor de Jerome Powell, temores de novo shutdown e feitos da tempestade de inverno sobre a economia.

Por volta das 17h50 (de Brasília), o dólar recuava a 154,10 ienes, enquanto o euro subia a US\$ 1,1886 e a libra tinha alta a US\$ 1,3684. O índice DXY fechou em queda de 0,57%,

a 97,040 pontos, depois de renovar menor nível desde setembro a 96,806 pontos.

Na última semana, o Fed de Nova York entrou em contato com contrapartes japonesas para checar taxas de câmbio, um procedimento que pode anteceder intervenções diretas no mercado. O movimento reforça especulações de uma possível coordenação EUA-Japão para conter a desvalorização do iene. Ainda, a primeira-ministra do país, Sanae Takaichi, prometeu implementar um corte de impostos já no próximo ano fiscal, após convocar uma eleição antecipada que pode fortalecer seu mandato ou levá-la a renunciar.

Para o ING, o euro e o franco suíço devem ser os

principais beneficiados da fraqueza recente do dólar. A Capital Economics nota que o governo Trump tem colocado em xeque a percepção de que o dinamismo da economia americana seria capaz de sustentar a recuperação da moeda americana junto a resistência das principais instituições, incluindo o Fed. A consultoria, no entanto, acredita que o crescimento econômico sustentará a divisa, por ora.

O Wells Fargo alerta que um novo shutdown dificultaria ainda mais o trabalho do Fed, caso volte a atrasar indicadores econômicos. Já o Bank of America prevê impacto econômico de até 1,5 ponto porcentual no PIB dos EUA, em razão da tempestade de inverno. IstoÉDinheiro



PUBLICIDADE LEGAL

Saknor Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 13.165.438/0001-71 - NIRE 3530038957-3  
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/04/2025  
(em sumário - artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

**Local, horário e data:** Em 10/04/2025, às 9hs, na sede social. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando dispensada a publicação do Edital de Convocação. **Mesa:** Presidente e Secretário: Sr. Leandro Zanardo Forleize. **Deliberações aprovadas:** **5.1-** A alteração da sede e foro da Companhia para a cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo na **Rua Eugênio Rabello, 98, Jardim Embaixador, 18040-436.** **5.2** - Os acionistas presentes, aprovam ainda, a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, item “b” da Ordem do Dia, a fim de abrigar as alterações aprovadas nesta Assembleia, o qual segue na forma do **Anexo I. 5.3** - Os acionistas, neste ato, autorizam a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à implementação das matérias aprovadas. **Esclarecimentos:** Os acionistas reconhecem que as deliberações ocorridas na presente assembleia geral, e seus efeitos, sejam perante a Companhia, os acionistas ou terceiros, foram tomadas a partir de informações disponíveis até a presente data, no melhor interesse da Companhia, buscando atender à suas condições e necessidades de ordem operacional e financeira. Nada mais. São Paulo, 10/04/2025. JUCESP nº 124.024/25-7 em 29/04/2025. Aloizio E. Soares Júnior - Secretário Geral em Exercício.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º** - A Saknor Brasil Participações S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo na **Rua Eugênio Rabello, 98, Jardim Embaixador, 18040-436**, e foro na mesma Comarca, Estado de São Paulo, podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios e outros estabelecimentos em todo território nacional, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - O objeto social é a (i) a compra, venda e administração de bens móveis e imóveis, por conta própria ou de terceiros, (ii) a participação em outras sociedades, empreendimentos ou outras entidades, sediadas no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º** - O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 500,00, dividido em 500 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ Único** - A ação é indivisível perante a Companhia e a cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. **§ 1º** - As Assembleias Gerais, antes de serem iniciados os trabalhos, elegerão o Presidente da Mesa, que designará o Secretário da Mesa, acionista ou não. **§ 2º** - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social: (i) ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo, relatório dos administradores e parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger e destituir os administradores e fixar a sua remuneração global; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, convocada com observância dos preceitos legais: (a) por qualquer dos Diretores, com a indicação da ordem do dia; b) pelo Conselho Fiscal, desde que instalado, ou pelos acionistas, nos casos previstos em lei. **§ 3º** - A Assembleia Geral será convocada com observância do disposto nos artigos 123 e 124 da Lei n. 6.404/76. **§ 4º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores, por qualquer dos acionistas ou por advogado representante de acionista(s), que convidará algum dentre os presentes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos. **§ 5º** - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvados os atos enumerados no artigo 136 da Lei 6.404/76, que exigem aprovação por *quorum* qualificado, que deverão, ainda, observar as formalidades para eficácia das deliberações estabelecidas no referido artigo. **§ 6º** - As deliberações a respeito das matérias abaixo relacionadas somente serão aprovadas mediante o voto favorável da totalidade das ações com direito a voto da Companhia: (a) alteração do estatuto social da Companhia; (b) aumento ou redução do capital social; (c) alienação de ativos da Companhia; (d) deliberação de qualquer matéria que venha a ser submetida à Assembleia, por Diretores ou por Diretor da Companhia, em decorrência de dissenso nas reuniões da Diretoria; (e) pedido voluntário de falência ou concordata; (f) conversão de ações de uma classe em ações de outra classe; (g) cisão, fusão, incorporação e transformação da Companhia ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Companhia, seus ativos ou as ações por ela emitidas; (h) incorporação e/ou aquisição, pela Companhia, de outra sociedade ou de parcela do patrimônio de outra sociedade; (i) alteração das políticas de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos; (j) dissolução ou liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (l) criação de classe mais favorecida ou aumento de classes existentes, sem guardar proporções com as demais espécies e classes; (m) abertura ou fechamento do capital social; (n) participação em grupo de sociedades ou em consórcios; (o) emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários estranhos ao capital social pela Companhia (inclusive debêntures conversíveis ou não em ações e bônus de subscrição), bem como a outorga de bonificações ou opção de compra de ações, para administradores, empregados ou terceiros, a atribuição a terceiros (inclusive a administradores e empregados) de participação nos lucros ou no resultado da Companhia; (p) fixação ou alteração da remuneração dos administradores; (q) destituição de diretores da Companhia; (r) celebração, contratação e/ou solicitação de empréstimos, mútuos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial e similares; (s) concessão de garantias reais ou fidejussórias de qualquer espécie, e/ou a aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Sociedade, do ativo permanente. **§ 7º** - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio. **§ 8º** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por mandatário, constituído há menos de 1 ano, que seja acionista ou representante legal do acionista, administrador da Companhia, advogado o procurador legalmente constituído. **Capítulo IV - Administração. Artigo 7º** - A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por 1 **Diretor Presidente**, podendo ser acionistas ou não, residente no país, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a posse do novo eleito, exceto em casos de renúncia ou destituição. **§1º.** - O Diretor será investido no seu cargo mediante termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reunião de Diretoria, dentro do prazo de 30 dias contados de sua eleição. **§2º** - A remuneração do Diretor será estabelecida de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral nos termos da legislação aplicável. **§3º** - Dependerá da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 8º** - No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** - Compete isoladamente ao **Diretor Presidente**, além de coordenar as ações dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: I - amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, se houver mais de 01 Diretor; III - exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; IV - executar e fazer executar o disposto neste Estatuto Social e as deliberações das Assembleias Gerais; V - atribuir aos demais diretores funções e atribuições não especificadas neste Estatuto Social, se houver mais de 01 Diretor; VI - exercer os poderes normais de gerência; VII - assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; VIII - emitir, retirar e endossar cheques; IX - receber valores dando quitação; X - abrir, operar e encerrar contas bancárias; XI - contratar empréstimos, concedendo garantias; XII - adquirir, vender, alienar, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, bem como títulos, assinando os respectivos termos e documentos; XIII - transigir, desistir e renunciar direitos; XIV - emitir, aceitar e endossar notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos de créditos; XV - concessão de avais, fianças ou garantias de qualquer natureza sobre bens da Companhia; XVI - outorgar procurações em nome da Companhia, com poderes específicos para cumprimento dos objetivos delegados; XVII - admitir, demitir e transferir funcionários, assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da seguridade social; XVIII - constituir em nome da Companhia, procuradores “ad negotia” e “ad judicia”, determinando poderes, remuneração e prazos de vigência do instrumento de mandato; e, XIX - representar a Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas ou demais sociedades em que tenha participação como sócia ou acionista. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 10** - A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará por solicitação dos acionistas, na forma da lei. **§ Único** - Caso seja solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, será o mesmo composto de, no mínimo, 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionista ou não da Companhia, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após sua instalação. **Artigo 11** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral, em conformidade com as disposições legais. **Capítulo VI - Do Exercício Social. Artigo 12** - O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 13** - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **§ 1º** - O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **§ 2º** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25 % do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I - quota destinada à constituição da reserva legal; II - importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e III - lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados, nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **Capítulo VII - Da Liquidação. Artigo 14** - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Disposição Geral. Artigo 15** - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.

Promotora PNAF Ltda.

CNPJ 06.929.509/0001-08 - NIRE 35.209.586.965

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Ficam convocados os Sócios Quotistas a se reunirem em Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 04 de fevereiro de 2026, às 11h00, exclusivamente em forma digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, pelo endereço eletrônico abaixo, a fim de deliberarem sobre a Ordem do Dia abaixo. **Reunião do Microsoft Teams** <https://teams.microsoft.com/join/29881153486794?pwd=J0BfNaJnjsD50U7zId> da Reunião: 298 811 534 867 94 Senha: Jb9ME7t81) Aprovar o aumento do capital social da sociedade, no valor R\$ 3.010.245,83 (três milhões, dez mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos reais). **ii)** Aprovar a abertura de prazo de até 30 (trinta) dias após a deliberação para que os sócios possam exercer seu direito de preferência para participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares, nos termos do Art. 1.081, § 1º do Código Civil. **iii)** Aprovar o tratamento a ser dado a eventuais sobras, nos seguintes termos: quotas não subscritas por um ou mais quotistas poderão ser rateadas, na proporção dos valores subscritos, entre os quotistas que manifestarem interesse na reserva de bens. **iv)** Se aprovados os itens acima, deliberar a convocação de uma nova Reunião, a ser realizada depois de transcorrido o prazo para o exercício do direito de preferência, para deliberar a aprovação da respectiva modificação do contrato social. **v)** Aprovar a alteração na forma de representação da sociedade e substituição de Diretor. São Paulo, 22 de janeiro de 2026. Francisco Jaime Nogueira Pinheiro Filho, Diretor. (23, 26 e 27/01/2026)

Holy Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 01.429.122/0001-60

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE OUTUBRO DE 2025

BALANÇO ENCERRADO EM 31/10/2025					
Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior	Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior
	31/10/2025	31/12/2024			
<b>ATIVO</b>	<b>28.403.307,26d</b>	<b>11.023.000,69d</b>	MLM Empreendimentos Investim. e Particip. Ltda	275.000,00d	183.334,00d
<b>Ativo circulante</b>	<b>3.997.906,02d</b>	<b>3.830.270,58d</b>	Santa Rita Empreend. Invest. e Participações Ltda	5.000,00d	3.334,00d
<b>Disponível</b>	<b>885.525,11d</b>	<b>948.459,67d</b>	São Cristóvão Comercial Exp. Ind. e Com Ltda	100.000,00d	100.000,00d
<b>Caixa</b>	<b>884.780,57d</b>	<b>908.291,79d</b>	Serra Dourada Empreend. e Participações Ltda	61.875,00d	61.875,00d
Caixa geral	884.780,57d	908.291,79d	Sociedade de Ensino Nova Serrana Ltda	0,00	450.000,00d
<b>Bancos conta movimento</b>	<b>741,35d</b>	<b>0,00</b>	Tangran Empreendimentos e Participações Ltda	260.000,00d	260.000,00d
Caixa econômica federal	741,35d	0,00	JM & M Empreendimentos e Participações Ltda	0,00	2.000,00d
<b>Aplicações financeiras liquidez imediata</b>	<b>3,19d</b>	<b>40.167,88d</b>	Espírito Santo Empreend. e Participações Ltda	139.500,00d	93.000,00d
Poupança e ou aplicação na caixa econômica federal	3,19d	40.167,88d	4M Holding de Participações S.A.	5.000,00d	5.000,00d
<b>Outros créditos</b>	<b>234.380,91d</b>	<b>3.810,91d</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>17.296.727,20d</b>	<b>0,00</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>0,00</b>	<b>3.500,00d</b>	Santa Rita Empreendimentos Inv. e Participações	6.333.545,67d	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	3.500,00d	Tangran Empreendimentos e Participações Ltda.	1.017.966,80d	0,00
<b>Tributos a recuperar/compensar</b>	<b>310,91d</b>	<b>310,91d</b>	Metta Empreendimentos e Participações S.A.	9.150.759,99d	0,00
Tributos pagos a maior ou indevidamente	310,91d	310,91d	São Cristóvão Comercial Exportadora Ind e Com	794.454,74d	0,00
<b>Adiantamento para distribuição de lucros</b>	<b>234.070,00d</b>	<b>0,00</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>28.403.307,26c</b>	<b>11.023.000,69c</b>
Jaime Martins do Espírito Santo Filho	3.080,00c	0,00	<b>Passivo circulante</b>	<b>716.858,86c</b>	<b>726.867,28c</b>
Jaime Martins do Espírito Santo Neto	237.150,00d	0,00	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>70.000,00c</b>	<b>70.000,00c</b>
<b>Estoque</b>	<b>2.878.000,00d</b>	<b>2.878.000,00d</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>70.000,00c</b>	<b>70.000,00c</b>
<b>Estoque de loteamentos / imóveis</b>	<b>2.878.000,00d</b>	<b>2.878.000,00d</b>	Tangran Empreend e Participações Ltda	70.000,00c	70.000,00c
Lotes diversos	2.878.000,00d	2.878.000,00d	<b>Fornecedores</b>	<b>300,00c</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>4.435.399,04d</b>	<b>4.337.187,11d</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>300,00c</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>	<b>2.335.657,42d</b>	<b>2.203.347,08d</b>	Serconta Serviços Contábeis Ltda	300,00c	0,00
<b>Outros créditos</b>	<b>132.310,34d</b>	<b>0,00</b>	<b>Obrigações tributárias</b>	<b>785,45c</b>	<b>11.393,87c</b>
Bloqueio judicial	132.310,34d	0,00	<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>785,45c</b>	<b>11.393,87c</b>
<b>Contratos de mutuo</b>	<b>315.847,08d</b>	<b>315.847,08d</b>	Imposto de renda a recolher	0,00	6.798,18c
Assessoria de Siderúrgicas e Metalúrgicas Eirele	94.000,00d	94.000,00d	Contribuição social a recolher	0,00	4.078,91c
Siderbras Siderúrgica Brasileira	175.000,00d	175.000,00d	Pis a recolher	140,11c	92,18c
Minas Mining Mineração e Comercio Ltda	23.200,00d	23.200,00d	Cofins a recolher	645,34c	424,60c
Empreendimentos Serra Verde SPE Ltda	0,00	21.808,92d	<b>Outras obrigações</b>	<b>408.091,20c</b>	<b>408.091,20c</b>
São Cristóvão Coml Exp Ind Com Ltda	1.838,16d	1.838,16d	<b>Contas a pagar</b>	<b>408.091,20c</b>	<b>408.091,20c</b>
4M Holding de Participações S.A	21.808,92d	0,00	Contas a pagar - Serra Dourada Lotes	408.091,20c	408.091,20c
<b>Sócios, administradores e pessoas ligada</b>	<b>1.887.500,00d</b>	<b>1.887.500,00d</b>	<b>Dividendos, part. e juro sobre o capital</b>	<b>237.682,21c</b>	<b>237.382,21c</b>
Serra Dourada Empreendimentos e Particip. Ltda.	1.887.500,00d	1.887.500,00d	<b>Lucros e dividendos</b>	<b>237.682,21c</b>	<b>237.382,21c</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>2.099.741,62d</b>	<b>2.133.840,03d</b>	Allefe Bruce de Oliveira Martins	234.482,21c	234.482,21c
<b>Imóveis</b>	<b>2.118.210,14d</b>	<b>2.125.210,14d</b>	Jaime Martins do Espírito Santo Filho	300,00c	0,00
Edificações/ imóveis	2.118.210,14d	2.125.210,14d	Ana Carolina da Cunha Martins	2.900,00c	2.900,00c
<b>Móveis e utensílios</b>	<b>96.489,33d</b>	<b>96.489,33d</b>	<b>Passivo não-circulante</b>	<b>2.678.181,77c</b>	<b>2.656.372,85c</b>
Móveis e utensílios	96.489,33d	96.489,33d	<b>Passivo exigível a longo prazo</b>	<b>2.678.181,77c</b>	<b>2.656.372,85c</b>
<b>Máquinas, equipamentos e ferramentas</b>	<b>2.022,52d</b>	<b>2.022,52d</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>1.356.767,32c</b>	<b>1.334.958,40c</b>
Máquinas e equipamentos	2.022,52d	2.022,52d	Allefe Bruce Oliveira Martins	150.000,00c	150.000,00c
<b>Veículos/ aeronave</b>	<b>43.900,00d</b>	<b>66.120,49d</b>	Metta Empreendimentos e Participações Ltda	956.767,32c	934.958,40c
Veículos	43.900,00d	66.120,49d	Harmony Empreendimentos e Participações Ltda	150.000,00c	150.000,00c
<b>(-) Depreciações, amort. e exaus. acumul</b>	<b>160.880,37c</b>	<b>156.002,45c</b>	João Alfredo da Silva	100.000,00c	100.000,00c
(-) Depreciações de móveis e utensílios	96.489,33c	96.487,73c	<b>Crédito cotista para subscrição de capital</b>	<b>1.321.414,45c</b>	<b>1.321.414,45c</b>
(-) Depreciações de máquinas, equip. Fer	1.381,70c	1.213,20c	Jaime Martins do Espírito Santo Filho	1.321.414,45c	1.321.414,45c
(-) Depreciações de veículos	63.009,34c	58.301,52c	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>25.008.266,63c</b>	<b>7.639.760,56c</b>
<b>Ativo permanente</b>	<b>19.970.002,20d</b>	<b>2.855.543,00d</b>	<b>Capital social</b>	<b>1.200.000,00c</b>	<b>1.200.000,00c</b>
<b>Investimentos</b>	<b>19.970.002,20d</b>	<b>2.855.543,00d</b>	<b>Capital subscrito</b>	<b>1.200.000,00c</b>	<b>1.200.000,00c</b>
<b>Participações societárias</b>	<b>2.673.275,00d</b>	<b>2.855.543,00d</b>	Capital social	1.200.000,00c	1.200.000,00c
Aporthe Participações Ltda	8.000,00d	8.000,00d	<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	<b>23.808.266,63c</b>	<b>6.439.760,56c</b>
HZX Serviços de Apoio e Empresa Ltda	0,00	10.000,00d	<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	<b>23.808.266,63c</b>	<b>6.439.760,56c</b>
Ilha dos Búfalos Incorporações Ltda	1.818.900,00d	1.679.000,00d	Lucros acumulados	23.808.266,63c	6.543.039,84c
			(-) Prejuízos acumulados	0,00	103.279,28d

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Descrição	Saldo anterior	Saldo atual	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Receita bruta	R\$ 38.583,76	R\$ 42.049,15	(-) Multa de trânsito	R\$ (3.324,42)	R\$ (0,00)
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 38.583,76	R\$ 42.049,15	(-) Condomínios	R\$ (0,00)	R\$ (902,69)
(-) Deduções	R\$ (3.568,98)	R\$ (3.889,50)	(-) Despesas de doações	R\$ (0,00)	R\$ (1.376,00)
(-) (-) Cofins	R\$ (2.932,35)	R\$ (3.195,73)	(-) Juros de mora	R\$ (2.821,37)	R\$ (1.009,48)
(-) (-) Pis	R\$ (636,63)	R\$ (693,77)	(-) Juros e comissões bancárias	R\$ (1.397,35)	R\$ (684,20)
Receita líquida	R\$ 35.014,78	R\$ 38.159,65	Receitas financeiras	R\$ 273,68	R\$ 3.558,15
Lucro bruto	R\$ 35.014,78	R\$ 38.159,65	Juros de aplicações	R\$ 0,00	R\$ 3.541,76
(-) Despesas operacionais	R\$ (61.074,00)	R\$ (64.047,90)	Juros	R\$ 273,68	R\$ 16,39
(-) Despesas com vendas	R\$ (14.300,00)	R\$ (0,00)	Outras receitas operacionais	R\$ 941.523,00	R\$ 1.540.824,43
(-) Créditos vencidos e não liquidados	R\$ (14.300,00)	R\$ (0,00)	Dividendos e lucros recebidos	R\$ 941.523,00	R\$ 1.540.824,43
(-) Despesas administrativas	R\$ (46.774,00)	R\$ (64.047,90)	Resultado operacional	R\$ 915.737,46	R\$ 1.518.494,33
(-) Iptu	R\$ (2.757,88)	R\$ (13.962,17)	(-) Despesas não operacionais	R\$ (19.998,00)	R\$ (0,00)
(-) Ipvva	R\$ (3.151,53)	R\$ (737,76)	(-) Baixas de investimentos permanentes	R\$ (19.998,00)	R\$ (0,00)
(-) Taxas diversas	R\$ (1.049,31)	R\$ (28.787,95)	Receitas não operacionais	R\$ (168.000,00)	R\$ 67.000,00
(-) Multas de mora	R\$ (641,28)	R\$ (104,69)	Ganho de capital venda imobilizado	R\$ (168.000,00)	R\$ 67.000,00
(-) Energia elétrica	R\$ (2.734,42)	R\$ (4.693,89)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	R\$ 727.739,46	R\$ 1.585.494,33
(-) Cartório	R\$ (0,00)	R\$ (59,81)	(-) Provisões para IRPJ e CSLL	R\$ (528,43)	R\$ (10.877,09)
(-) Seguros	R\$ (0,00)	R\$ (1.969,40)	(-) (-) CSLL	R\$ (198,16)	R\$ (4.078,91)
(-) Assistência contábil	R\$ (13.475,75)	R\$ (0,00)	(-) (-) IRPJ	R\$ (330,27)	R\$ (6.798,18)
(-) Serviços prestados por terceiros	R\$ (3.741,95)	R\$ (3.800,38)	Lucro líquido do exercício	R\$ 727.211,03	R\$ 1.574.617,24
(-) Depreciações e amortizações	R\$ (11.678,74)	R\$ (5.959,48)			

DIRETORIA

Jaime Martins do Espírito Santo Filho – Presidente | Diogo Andrade Vieira – Reg. CRC/MG nº MG-088.584/0-4

Nova Raposo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 27.402.050/0001-51

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/12/2024

**Data, Hora e Local:** Em 02/12/2024, às 15hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. José Ricardo Rezek; e Secretário: Sr. José Ricardo Lemos Rezek. **Deliberações aprovadas:** **(i)** a destinação do saldo da reserva legal da Companhia, no montante de R\$398.095,46, para absorção de parte dos prejuízos acumulados da Companhia, apurados no balançe levantado em 30/09/2024 (“Balançete”), nos termos do §2º do artigo 193 da lei das S.A.; **(ii)** a redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, por perdas irreparáveis e, portanto, para absorção dos prejuízos acumulados remanescentes da Companhia, conforme apurados no Balancete, no montante de R\$75.038.959,00, desconiderados os centavos, passando o capital social de R\$306.561.373,00 para R\$ 231.522.414,00; **(iii)** a redução do capital social da Companhia, por se encontrar excessivo em relação ao objeto social, de R\$231.522.414,00 para R\$198.712.915,00, totalizando, portanto, uma redução de R\$32.809.499,00



PUBLICIDADE LEGAL

CCBB 57 Participações S.A.

CNPJ nº 62.748.414/0001-50 – NIRE 35300675371

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

**Data, Horário e Local:** Em 05/08/2025, às 11hs, em São Paulo/SP. **Mesa:** Tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** e, como secretário, o Sr. **Bruno Santana Barros**. **Deliberações aprovadas:** o Sr. Presidente enfatizou que a reunião tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada “**CCBB 57 Participações S.A.**”, com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme **Boletim de Subscrição**. Na sequência, o Sr. Presidente entregou aos subscritores um exemplar da proposta do **Estatuto Social**, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, a fim de ser discutido e votado, o qual foi aprovado por unanimidade. Foi eleito para integrar a Diretoria da Companhia o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, empresário, para um mandato inicial de 3 anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer as atividades mercantis, bem como não está condenado por crime algum cuja pena vede o exercício da administração da empresa, conforme o artigo 147, I, da Lei 6.404/76. Ato contínuo, o diretor eleito toma posse mediante assinatura do respectivo **Termo de Posse**. Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada “**CCBB 57 Participações S.A.**”. Nada mais. São Paulo/SP, 05/08/2025. JUCESP/ NIRE nº 35300675371 em 16/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de “**CCBB 57 Participações S.A.**” e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 22, sala 04, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. § Único: Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. § 2º. Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. § 3º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade. Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 1 diretor, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, para um mandato inicial de 3 anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. § 1º. Fica facultado à Diretoria, em conjunto ou isoladamente, constituir procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. § 2º. É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral. Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. § Único: Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos. Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% serão destinados à constituição da reserva legal; 25% para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia. Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. São Paulo/SP, 05/08/2025.

EPR Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

**1. Data, Horário e Local:** 26/12/2025, às 10hs, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), conforme alterada, em razão da presença de todos os acionistas representantes de 100% das ações de emissão da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a rerratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada às 10h00, do dia 11/12/2025 (“Aprovação Original”), que, entre outros, deliberou pela (a) aprovação da outorga e constituição de fiança, no âmbito da 1ª emissão de debêntures pela EPR Via Mineira S.A. (conforme definido na Aprovação Original) pela Companhia; (b) a outorga e constituição pela EPR Infraestrutura MG S.A. (“Controlada”), da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Aprovação Original); e (c) a orientação sob voto a ser proferido, pela Companhia, no âmbito da assembleia geral extraordinária da Controlada (conforme definido na Aprovação Original), para: 1. **retificar** os itens 4 “(i)” e 5 “(iv)” da Aprovação Original; 2. ratificar todas as demais deliberações tomadas no âmbito da Aprovação Original; 3. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou por procuradores da Companhia, direta ou indiretamente, relacionados aos itens acima; e (ii) conferir poderes à Diretoria e/ou procuradores da Companhia, para adotar todas as providências necessárias à realização dos atos deliberados pela Aprovação Original e por esta Assembleia. **5. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) A aprovação da rerratificação da Aprovação Original para: 1. retificar os itens 4 “(i)” e 5 “(iv)”, que passarão a vigorar com as seguintes redações: “**4. Ordem do Dia:** (i) nos termos do artigo 10, “xii”, do Estatuto Social da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança (conforme abaixo definido) em garantia da totalidade das obrigações, principais e acessórias, assumidas pela EPR Via Mineira S.A. (“Emissora”), no âmbito da 1ª emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 3 séries, no montante total de R\$1.200.000.000,00, na data de emissão das Debêntures (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, sob o rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea (a), da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 13/07/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), e nos termos e condições a dispostos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EPR Via Mineira S.A., conforme aditado, celebrado entre a Emissora, a Companhia, na qualidade de fiadora, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”, “Agente Fiduciário” e “Escritura de Emissão”, respectivamente), conforme apresentados aos acionistas;” “**5. Deliberações:** (...) (iv) Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todas e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da outorga e constituição da Fiança, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e da Fiança, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão e ao “Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 Séries, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão da EPR Via Mineira S.A.”, celebrado com as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratados para coordenar e intermediar a Oferta (conforme aditado, “Contrato de Distribuição” e “Coordenadores”), bem como eventuais aditamentos.” 2. ratificar todas as demais deliberações tomadas no âmbito da Aprovação Original; 3. ratificar todos os atos já praticados pela diretoria e/ou por procuradores da Companhia, direta ou indiretamente, relacionados aos itens acima; e (ii) ratificar a delegação de poderes à Diretoria e/ou procuradores da Companhia, a qual ficam autorizados a adotar todas as providências necessárias à realização dos atos deliberados pela Aprovação Original e por esta Assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 26/12/2025. JUCESP nº 010.340/26-9 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 04 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, na sede social da Companhia, na Rua Guararapes, nº 1909, 9º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. tomar ciência da renúncia do Sr. José Florêncio Rodrigues e do Sr. José Antônio Miguel Neto como membros do Conselho de Administração da Companhia; 2. reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia; e 3. outros assuntos de interesse social. São Paulo, 26 de janeiro de 2026. **Marilena Rodrigues Vasone – Presidente.** (27, 28 e 29/01/2026)

CCBB 58 Participações S.A.

CNPJ nº 62.726.718/0001-17 – NIRE 35300675355

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações

**Data, Horário e Local:** Em 08/08/2025, às 11h30, em São Paulo/SP. **Mesa:** Tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** e, como secretário, o Sr. **Bruno Santana Barros**. **Deliberações aprovadas:** O Sr. Presidente enfatizou que a reunião tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada “**CCBB 58 Participações S.A.**”, com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme **Boletim de Subscrição**. Na sequência, o Sr. Presidente entregou aos subscritores um exemplar da proposta do **Estatuto Social**, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, a fim de ser discutido e votado, o qual foi aprovado por unanimidade. Foi eleito para integrar a Diretoria da Companhia o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, empresário, para um mandato inicial de 3 anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. O Diretor eleito declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer as atividades mercantis, bem como não está condenado por crime algum cuja pena vede o exercício da administração da empresa, conforme o artigo 147, I, da Lei 6.404/76. Ato contínuo, o diretor eleito toma posse mediante assinatura do respectivo **Termo de Posse**. Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada “**CCBB 58 Participações S.A.**”. Nada mais. São Paulo/SP, 08/08/2025. JUCESP/ NIRE nº 35300675355 em 15/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de “**CCBB 58 Participações S.A.**” e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 22, sala 05, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. § Único: Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. § 2º. Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. § 3º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade. Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 1 diretor, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, para um mandato inicial de 3 anos, renovável e prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos. § 1º. Fica facultado à Diretoria, em conjunto ou isoladamente, constituir procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. § 2º. É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral. Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. § Único: Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos. Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% serão destinados à constituição da reserva legal; 25% para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia. Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. São Paulo/SP, 08/08/2025.

Expressu Comércio Importação e Exportação de Adesivos Ltda.

CNPJ/MF nº 34.593.813/0001-54 – NIRE 35.630.412.714

Ata de Resoluções do Sócio realizada em 31 de julho de 2025

**1. Data, Hora e Local:** 31/07/2025, às 9h:00, na sede social da Sociedade. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Dário Magem – presidente; e Fernando Cesar Marocci – secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) o aumento de capital social da Sociedade, mediante a capitalização dos lucros acumulados; (ii) a incorporação da Sociedade pela **A&S Technologies Indústria e Comércio S.A.**, CNPJ/MF nº 26.658.111/0001-83 (“**A&S Technologies**”); (iii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação do patrimônio líquido da Sociedade para fins da Incorporação; (iv) a aprovação do laudo de avaliação elaborado pela empresa contratada, nos termos do item “iii”; (v) a dissolução da Sociedade em razão da Incorporação; e (vi) a autorização dos administradores da Sociedade para a prática de todos atos necessários à efetivação da Incorporação. **5. Deliberações:** O único sócio decidiu, sem ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar o aumento do capital social da Sociedade **de R\$ 100.000,00 para R\$ 637.331,00**, sendo um aumento no valor total de R\$ 537.331,39, desconsiderado os centavos para fins da integralização, mediante a emissão de 537.331 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **5.1.1.** As novas quotas são totalmente subscritas por Dário e integralizadas, neste ato, mediante a capitalização da reserva de lucros da Sociedade, no valor total de R\$ 537.331,39, desconsiderando os centavos para fins da integralização. **5.2.** Aprovar a operação de Incorporação da Sociedade, conforme as bases descritas no “Protocolo e Justificação da Incorporação da Expressu Comércio Importação e Exportação de Adesivos Ltda. pela A&S Technologies Indústria e Comércio S.A.”, celebrado em 31/07/2025, que estabelece os termos e condições aplicáveis à incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Sociedade, a valor contábil, pela **A&S Technologies**, conforme o documento presente no **Anexo I** à presente ata. **5.2.1.** O único sócio consigna que, como consequência da Incorporação: (i) todas as quotas representativas do capital social da Sociedade serão canceladas e o sócio Dário Magem receberá ações de emissão da A&S Technologies; (ii) o patrimônio líquido da Sociedade será vertido e incorporado ao capital social da A&S Technologies, avaliado pelo valor contábil, composto pelos ativos e passivos descritos no Laudo de Avaliação anexo à presente ata como **Anexo II**; e (iii) a Sociedade será extinta, e sucedida pela A&S Technologies em todos os seus direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade da Sociedade. **5.3.** Ratificar a contratação da **MCS Markup Auditores independentes S/S Ltda.**, CRC/RJ nº 006917/0-3 e CNPJ/MF nº 23.854.307/0001-55 (“**Empresa de Avaliação**”), para avaliar o valor do patrimônio líquido da Sociedade, pelo valor contábil, com base no balanço patrimonial especial levantado em 31/03/2025 (“**Data-Base**”) mediante a emissão do laudo de avaliação (“**Laudo de Avaliação**”). **5.4.** Aprovar o Laudo de Avaliação, elaborado pela Empresa de Avaliação no qual há o detalhamento de todos os bens, direitos e obrigações da Sociedade, os quais serão vertidos à A&S Technologies em razão da Incorporação, elaborado na Data-Base. **5.5.** Em razão da Incorporação, a Sociedade será dissolvida e extinta, sendo a A&S Technologies a sua sucessora universal, na forma do artigo 1.118 do Código Civil, assumindo, sem qualquer solução de continuidade, todos os bens, direitos e obrigações da Sociedade, a título universal e para todos os fins de direito. **5.5.1.** Todas as operações da Sociedade, assim como os seus bens, direitos e obrigações, serão transferidos à A&S Technologies, sem qualquer interrupção ou descontinuidade. **5.6.** Autorizar os administradores da Sociedade e da A&S Technologies a adotarem todas as providências necessárias para formalizar a extinção da Sociedade e garantir o pleno cumprimento da Incorporação perante órgãos públicos, entidades privadas e terceiros interessados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 31/07/2025. **Mesa:** **Dário Magem** – Presidente; **Fernando Cesar Marocci** – Secretário. **Sócio:** **Dário Magem.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 422.103/25-1 em 25/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Nexoleum Bioderivados S.A.

CNPJ nº 09.179.063/0001-21 - NIRE 35300490631

Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração realizada em 15/12/2025

**Data, Hora e Local:** Em 15/12/2025, às 11hs, em Monte Mor/SP, reunião realizada por teleconferência. **Mesa:** **Presidente:** Marcos Fortunato; **Secretário:** Marco Antonio Dantas. **Quorum:** a totalidade dos membros eleitos. **Deliberação aprovadas:** **1) Aprovada,** em vista à incorporação da empresa BR Resinas e Indústria Química Ltda. (CNPJ 08.608.213/0001-02), a abertura de 2 filiais espelho da Companhia nos endereços respectivos, onde serão desenvolvidas as atividades especifica-das: **i) Filial Mestriner** – localizada no Município de Guarulhos/SP, na Rua Antonio Mestriner, 440, Galpão 8 – sala B, Bairro Bonsucesso, CEP 07.175.550, com as seguintes atividades: **Atividade Principal:** CNAE 47.89-0-99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; **Atividades secundárias:** CNAE 49.30.2-03 – Transporte rodoviário de produtos perigosos; CNAE 52.11.7-99 – Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; CNAE 64.63.8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings; **ii) Filial Ranieri** – localizada no Estado de Guarulhos/SP, na Rua João Ranieri, 1077, Galpão 2 – sala D, Jardim Fátima, CEP 07.177-120, com as seguintes atividades: **Atividade Principal:** CNAE 20.32.1-00 – Fabricação de resinas termofixas; **Atividades secundárias:** CNAE 47.89.0-99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 49.30.2-03 – Transporte rodoviário de produtos perigosos; CNAE 52.11.7-99 – Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; CNAE 64.63.8-00 – Outras sociedades de participação, exceto holdings. **2) Autorizada** a Diretoria a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação dessa operação. **3) Autorizado** para os administradores praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações. Nada mais. Mont Mor (SP), 15/12/2025. JUCESP nº 61.923/26-6 em 20/01/2026. JUCESP/NIRE nº 3590735551-9. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,2754 / R\$ 5,276 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,2778 / R\$ 5,2798 \*

Turismo - R\$ 5,3047 /

R\$ 5,3048

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: -0,13%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,08%

Pontos: 178.720

Volume financeiro:

R\$ 31,200 bilhões

Maiores altas: Localiza

ON (+3,59%), WEG ON

(+3,49%), Cogna ON

(+3,17%)

Maiores baixas: Marfrig

ON (-3,57%), Cemig

ON (-2,48%), Vale ON

(-2,29%)

S&P 500 (Nova York):

0,5%

Dow Jones (Nova York):

0,64%

Nasdaq (Nova York):

0,43%

CAC 40 (Paris): -0,15%

Dax 30 (Frankfurt):

0,13%

Financial 100 (Lon-

dres): 0,05%

Nikkei 225 (Tóquio):

-1,79%

Hang Seng (Hong

Kong): 0,06%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,09%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,09%

Merval (Buenos Aires):

1,22%

IPC (México): 0,72%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Dezembro 2024: 0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Mai 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%



## NEGÓCIOS

## Refinaria no RS tem primeira autorização para produzir gás de cozinha sustentável



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou a operação da primeira biorrefinaria do Brasil, abrindo caminho para a produção e a comercialização contínua de gás de cozinha de origem renovável.

Segundo a agência, testes indicam que o uso do combustível, conhecido como Bio-GL (de gás liquefeito), pode reduzir entre 65% e 70% as emissões de dióxido de carbono em comparação aos combustíveis fósseis.

A autorização foi concedida à Refinaria de Petróleo Riograndense, localizada em Rio Grande (RS), sociedade entre a Petrobras e o grupo Ultra. É a primeira autorização concedida pela ANP em caráter permanente para unidade de refino com 100% de

matéria-prima renovável.

A unidade já vem fazendo testes de produção de combustíveis sustentáveis, como parte da estratégia da Petrobras para reduzir emissões dos produtos que vende. A presidente da estatal, Magda Chambriard, anunciou na semana passada R\$ 6 bilhões em investimentos nessa unidade.

Segundo a ANP, a documentação técnica apresentada pela empresa comprova que o Bio-GL atende integralmente às especificações físico-químicas exigidas para o gás de cozinha, o que permite seu uso de forma direta e elimina necessidade de adaptações em equipamentos ou infraestrutura.

Testes laboratoriais conduzidos pela Ultragas em fogões e aquecedores domésticos indicaram que

o Bio-GL é tecnicamente equivalente ao GLP convencional, com resultados semelhantes de potência, consumo, eficiência energética e emissões de monóxido de carbono, todos dentro dos limites regulatórios.

Assim, a ANP decidiu equiparar o Bop-GL ao gás de cozinha para fins regulatórios, estendendo ao produto renovável todas as regras atualmente aplicáveis à comercialização do gás de cozinha e permitindo sua circulação por toda a cadeia de abastecimento.

Para a agência, a autorização consolida um marco regulatório para combustíveis renováveis no país, com impactos potenciais sobre a redução de emissões, a diversificação da matriz energética e a segurança do abastecimento.

Folhapress

## Sem cobertura do FGC, ressarcimento de saldo em conta do Will Bank depende de liquidante

Clientes do Will Bank que mantinham dinheiro em contas de pagamento, usadas com frequência para o recebimento de salário, terão que esperar pela devolução dos recursos em um processo determinado pelo liquidante da instituição, nomeado pelo BC.

Esse tipo de conta não é coberto pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos), que só faz reembolsos de depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo (CDB/RDB) e letras de crédito imobiliário e do agronegócio.

Segundo o BC, os valores mantidos exclusivamente em contas de pagamento por instituições financeiras devem permanecer segregados do patrimônio da instituição. Isso significa que esses recursos constituem um patrimônio separado, que não se confunde com o da financeira, e que deverá ser restituído aos usuários

nos termos e prazos definidos pelo liquidante.

Ao fim de setembro, o Will Bank tinha 49,6 milhões em contas de pagamento pré-paga, segundo dados do BC.

No caso do Will Bank, o liquidante é Eduardo Félix Bianchini, que também é responsável pelo processo do Banco Master, que controlava o Will.

O BC orienta que os clientes acompanhem as comunicações oficiais do liquidante e da própria instituição em liquidação, responsáveis por informar os procedimentos práticos, prazos e canais de atendimento para a restituição dos valores.

"Esses valores não são cobertos pelo FGC, uma vez que não se caracterizam como depósitos bancários garantidos pelo fundo", diz o Banco Central.

O FGC estima que cerca de R\$ 6,3 bilhões serão desembolsados para investidores elegíveis.

Folhapress



## Nubank vai investir mais de R\$ 2,5 bi em escritórios nos próximos cinco anos



O Nubank anunciou nesta segunda-feira (26) que investirá mais de R\$ 2,5 bilhões em escritórios ao longo dos próximos cinco anos, inclusive no Brasil. As novas sedes no país ficarão em São Paulo, Campinas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O anúncio acompanha a mudança no modelo de trabalho da fintech, que gerou reação entre os funcionários no fim do ano passado. Por enquanto, eles têm a obrigação de ir ao escritório uma semana por trimestre. A partir de 1º de julho, serão dois dias presenciais por semana. Começando em 1º de janeiro de 2027, os profissionais deverão comparecer aos escritórios três vezes por semana.

À época, a instituição financeira afirmou que a medida buscava fortalecer sua cultura organizacional e acelerar o desempenho operacional. "As maiores inovações na história do Nubank nasceram da colaboração entre pessoas na mesma sala", disse a fintech.

Em São Paulo, a empresa ocupará dois novos prédios. A partir de 2027, o Cyrela Corporate, projetado pelo estúdio italiano Pininfarina e localizado na rua Oscar Freire, receberá funcionários da instituição financeira. O edifício terá 35 mil m² e capacidade para mais de 3.000 pessoas.

Já a partir de abril deste ano, profissionais da fintech passarão a trabalhar no Capote 210, prédio de 20 andares que contará com

um espaço de inovação dedicado à cocriação de produtos com clientes.

Com as novas adições, o bairro de Pinheiros concentrará quatro escritórios do Nubank, somando 5.700 estações de trabalho.

A empresa também vai se expandir para outras cidades. Até o segundo semestre de 2026, será inaugurada uma sede em Campinas, no Bresco Viracopos, com área de 9.150 m².

No Rio de Janeiro, o Nubank ocupará 6.870 m² distribuídos em cinco andares do edifício Vista Mauá. Em Belo Horizonte, a fintech também terá um escritório, ainda com local a definir. A previsão é que os espaços entrem em operação até o segundo semestre deste ano.

Folhapress